

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

Unidade Solicitante:

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Objeto:

Inscrições em curso online sobre emendas parlamentares

Finalidade / Objetivo da Contratação:

Oferecer capacitação para parte da equipe da CGE em captação de recursos por emendas parlamentares.

Fornecedor Selecionado

1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):

Inove Treinamentos LTDA ME

1 - Endereço:

Setor de Autarquias Sul "SAUS", Quadra 04, Bloco A, Sala 915/916, Edifício Victoria Office Tower, Asa Sul - Brasília - DF CEP: 70.070-938 Tel: (61) 4101-0860 / (61) 99977-2130

1 - CPF/CNPJ:

24.091.611/0001-50

1 - Valor (R\$):

7.125,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

Nome completo:

ALAN FABRÍCIO DE ALMEIDA SANTOS

Matrícula:

353993

Suplente

Nome completo (suplente):

JANARY SÉRGIO FERREIRA DA SILVA

Matrícula (suplente):

352114

Responsável pelo preenchimento:

ELVIRA DE OLIVEIRA COSTA NETA

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e III



Documento assinado eletronicamente por **Elvira De Oliveira Costa Neta** em 10/02/2023, às 14:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0584745** e o código CRC **348FA53D**.

Comunicação Interna nº 2 / CGE - APOIO TÉCNICO E ADM - COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Em 10 de fevereiro de 2023.

De: ELVIRA DE OLIVEIRA COSTA NETA

Para: SGA

Assunto: Inexigibilidade de licitação para inscrição em curso sobre emendas parlamentares

Justificativa acerca da necessidade de contratação

A cada ano, tem crescido a demanda por captação de recursos via emendas parlamentares no Ministério Público da Bahia, uma atividade que tem colaborado para o incremento dos recursos da instituição e, consequentemente, contribuído para uma melhor prestação dos serviços ministeriais à sociedade. Considerando essa demanda crescente, passa a ser necessária a capacitação continuada dos servidores que atuam na área de captação de recursos.

Para tanto, foi escolhido o “Curso de Emendas Parlamentares”, que é promovido pela empresa I9 Treinamentos. Quanto à empresa que ministrará o curso, é de conhecimento público a vasta experiência do instrutor no campo de conhecimento que é objeto do curso, haja vista a sua trajetória profissional como executivo dos setores de captação de recursos e convênios, os livros publicados, bem como, propriamente, a sua longa experiência na área de capacitação de pessoal.

A inscrição será para cinco integrantes da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE): o promotor de justiça coordenador da CGE, para a secretária-executiva deste setor, para a coordenadora da unidade de projetos da CGE e para dois servidores da unidade de projetos da CGE. A participação dos servidores no curso em comento representa um esforço da CGE na qualificação de seu pessoal, para que se possa atender de forma cada vez mais qualificada às demandas de captação de recursos através de emendas parlamentares.

Justificativa acerca da impossibilidade de competição por vários fornecedores

Demonstra-se a inviabilidade de competição à vista do caráter singular do serviço a ser contratado. Afinal, o serviço de educação é único por excelência (nenhuma aula é igual a outra). Por seu turno, uma aula pode ser melhor que a outra, motivo pelo qual a I9 Treinamentos é a empresa selecionada para a presente inexigibilidade de licitação. Nessa linha de pensamento, vejamos o mini currículo atualizado do instrutor:

Murillo de Miranda Basto Neto foi Diretor do Metrô de Brasília e Analista do Ministério da Integração Nacional. Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Recursos Humanos. Consultor e Professor palestrante em Eventos do Banco Mundial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração Fazendária e da Associação Brasileira de Orçamento Público. Co-fundador da Ordem dos Pregoeiros do Brasil. Foi Gerente Geral de Administração e Finanças do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e Coordenador Geral de Convênios do Ministério do Turismo. Capacitou mais de 7.000 servidores federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no SICONS. Autor dos livros: Convênios: uma nova abordagem - Editora Negócios Públicos - 2007; Legislação Aplicada a Convênios Federais - Editora Schoba - 2012; Jurisprudência do Tribunal de Contas Aplicada a Convênios Federais - Editora Urbana - 2013; e Curso prático sobre o sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - Captação e Elaboração de Projetos - Ed. Urbana - 2013. Atuou em conjunto com o MPOG e o SERPRO na implantação e lapidação do Portal de Convênios do Governo Federal.

Além das especificações citadas acima, é importante frisar que não foi possível encontrar outros fornecedores que ofertassem um curso com as mesmas características do curso ofertado pela I9 Treinamentos no tocante a: modalidade online, carga horária, conteúdo e qualificação do facilitador.

Sabe-se que essa atividade de captação é complexa e envolve diversas etapas e detalhes. Assim, há necessidade de qualificar o pessoal envolvido nesse processo. Para tanto, buscou-se um curso que se adequasse às necessidades da equipe e a empresa I9 Treinamentos foi a única que atendeu aos requisitos existentes. Portanto, a inexigibilidade de licitação foi a modalidade adequada para atender à demanda da Coordenadoria de Gestão Estratégica sobre a realização do curso.

Justificativa do preço

O preço praticado pela empresa I9 Treinamentos (R\$ 1.425,00 por inscrição) está em conformidade com os preços médios praticados por outras empresas de capacitação corporativa, o que se comprova através de uma busca na internet por cursos na área de gestão e setores afins.



Documento assinado eletronicamente por **Elvira De Oliveira Costa Neta** em 10/02/2023, às 15:00, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0584747** e o código CRC **31218AFD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

1.425,00



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto Cinco inscrições no curso de “Emendas Parlamentares”, na modalidade online, promovido pela empresa I9 Treinamentos, com carga horária de 16h.	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> DAS TRÊS OPÇÕES (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	<input type="checkbox"/> ()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/> ()	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	<p>A cada ano, tem crescido a demanda por captação de recursos via emendas parlamentares no Ministério Público da Bahia, uma atividade que tem contribuído para o incremento das receitas da instituição e, conseqüentemente, contribuído para uma melhor prestação dos serviços ministeriais à sociedade.</p> <p>Sabe-se que a atividade de captação é complexa e envolve diversas etapas e detalhes. Assim, há necessidade de qualificar o pessoal envolvido nesse processo. Para tanto, busca-se, por inexigibilidade de licitação, realizar curso de capacitação em emendas parlamentares para integrantes da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE).</p> <p>O curso escolhido é o “Curso de Emendas Parlamentares”, que é promovido pela empresa I9 Treinamentos. Quanto à empresa escolhida para a sua ministração, é de conhecimento público a vasta experiência do instrutor no campo de conhecimento que é objeto do curso, haja vista a sua trajetória profissional como executivo dos setores de captação de recursos e convênios, os livros publicados, bem como a sua longa experiência na área de capacitação de pessoal.</p> <p>A inscrição será para cinco integrantes da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE): o promotor de justiça coordenador da CGE, a secretária-executiva, a coordenadora da unidade de projetos e para dois servidores da unidade de projetos. A participação dos servidores no curso em comento representa um esforço da CGE na qualificação de seu pessoal, para que se possa atender de forma cada vez mais qualificada às demandas de captação de recursos através de emendas parlamentares.</p>	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO</u>	<p>Demonstra-se a inviabilidade de competição à vista do caráter singular do serviço a ser contratado. Afinal, o serviço de educação é único por excelência (nenhuma aula é igual a outra). Por seu turno, uma aula pode ser melhor que a outra, motivo pelo qual a I9 Treinamentos é a empresa selecionada para a presente inexigibilidade de licitação. Nessa linha de pensamento, vejamos o mini currículo atualizado do instrutor:</p> <p>Murillo de Miranda Basto Neto foi Diretor do Metrô de Brasília e Analista do Ministério da Inte-</p>	



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

gração Nacional. Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Recursos Humanos. Consultor e Professor palestrante em Eventos do Banco Mundial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração Fazendária e da Associação Brasileira de Orçamento Público. Co-fundador da Ordem dos Pregoeiros do Brasil. Foi Gerente Geral de Administração e Finanças do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e Coordenador Geral de Convênios do Ministério do Turismo. Capacitou mais de 7.000 servidores federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no SICONS. Autor dos livros: Convênios: uma nova abordagem - Editora Negócios Públicos - 2007; Legislação Aplicada a Convênios Federais - Editora Schoba - 2012; Jurisprudência do Tribunal de Contas Aplicada à Convênios Federais - Editora Urbana - 2013; e Curso prático sobre o sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - Captação e Elaboração de Projetos - Ed. Urbana - 2013. Atuou em conjunto com o MPOG e o SERPRO na implantação e lapidação do Portal de Convênios do Governo Federal.

() SIM

(x) NÃO

1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS

ESCOLHER UMA
OPÇÃO (Marcar com
X):

1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1 INDICAÇÃO DO
DISPOSITIVO LEGAL
EM QUE SE
ENQUADRA A
HIPÓTESE DE
CONTRATAÇÃO
ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

()

A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(x)

B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

()

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

3.1 REGRAS DE
FORMALIZAÇÃO
CONTRATUAL

3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

() A SIM

(x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

() Empreitada por preço unitário

(x) Empreitada por preço global

() Outro:

3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 5 dias (x) Úteis () Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

➤ 10 dias (x) Úteis () Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até 10 dias (x) Úteis () Corridos

3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O evento será realizado de forma remota, através de aplicativo de videoconferência, nos dias 13 e 14 de abril de 2023.

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

➤ Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) NÃO (x) B) SIM

➤ Unidade responsável: CGE



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-0450 e cge.projetos@mp-ba.mp.br
- Dias para realização da entregados serviços: 13 e 14 de abril de 2023.
- Horários para execução: das 8:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30, com intervalo de almoço de 1 hora. Aulas online e ao vivo.
- Condições especiais adicionais: não se aplica.

3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(*Marcar com X*):

(x)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

()

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) CONTRATADA (Regra geral)

() B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) 01 ANO

() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

() C) OUTRO. Especificar:

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO**, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas

() B) _____ DIAS () Úteis () Corridos

➤ **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) SIM

() B) NÃO



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

- () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador
() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)
() C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de ____ (____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de “Executor” acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

- () D) Outra. Especificar:

- **DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 1 dia (☒) Útil () Corridos

3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 2 dias (☒) Úteis () Corridos

3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:

3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

- () A) NÃO SE APLICA
(☒) B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas
(☒) 5 DIAS (☒) Úteis () Corridos

DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA
OPÇÃO
(Marcar com X):

(x)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

()

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):

➤ Indicar regras/condições para subcontratação:

3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x)

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

()

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

()

C) PAGAMENTO PARCELADO:

➤ Quantidade de parcelas:

➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

()

C) PAGAMENTO MENSAL

()

D) OUTRA:

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x)

A) NÃO SE APLICA

()

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:

3.6.3 DEMAIS REGRAS:



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

(x) **A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X)**:

() A) INPC/IBGE

() B) OUTRO. Indicar:

()

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

**3.7 POSSIBILIDADE
OU NÃO DE REAJUS-
TAMENTO, COM IN-
DICAÇÃO DE ÍNDICE
OFICIAL**

ESCOLHER UMA OP-
ÇÃO
(Marcar com X):



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

(x)

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() Opção 1: _____ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(x) Opção 2: 60 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

()

() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

() A) Data certa: ____ de ____ de ____

() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

()

A) NÃO

(x)

B) SIM. Justificativa: *poderá ocorrer a prorrogação do prazo de vigência do contrato nos casos justificados de sua não execução no tempo necessário, por caso fortuito ou força maior (ex: a) queda de sistema informático; b) queda de energia elétrica/apagão; c) greve, ente outros).*

3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decorrer do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;



TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

(x) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**. Indicar:
A contratada obriga-se à emissão de certificados.

OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

() **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

(x) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**. Indicar:
A contratante viabilizará o acesso do curso aos servidores participantes.

3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE

(x) **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

() **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

DE GARANTIA CON-
TRATUAL, COM PER-
CENTUAL

()

C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:

➤ Percentual exigido:

() 5% (cinco por cento) OU () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento)

➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.

ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total por item
1	Curso de Emendas Parlamentares (online)	1	5	R\$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais)	R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais)
Valor Total: R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais)					

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2023

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2023.

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

REFERÊNCIA: PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAÇÃO DE CURSO

Prezada Sra. Elvira Costa,

Conforme solicitação, segue a proposta de prestação de serviços.

Permanecemos à disposição para esclarecimentos.

1. APRESENTAÇÃO – I9 TREINAMENTOS

1.1. Nossa empresa é notoriamente especializada na área de Convênios, MROSC, Licitações e Contratos Administrativos, Sistemas Governamentais tais como o Plataforma +Brasil, SIMEC, SIAFI, SIMOB, SIGPC, SIGA, E-social, Auditoria e Controle Interno, Sistema Tributário, Gestão de Riscos, entre outras. Atuamos também com ênfase também na análise de prestação de contas de Convênios firmados pela União e seus agentes. Oferecemos treinamento e capacitação na área de Convênios. Prestamos toda a assessoria técnica e jurídica necessária para participação em licitações em todas as esferas de governo, bem como consultoria, análise técnica e emissão de pareceres inerentes à Tecnologia da Informação.

1.2. Assessoramos entidades sem fins lucrativos, entes governamentais e etc, que celebram convênios com a União, prestando toda a orientação necessária para a demonstração da correta e regular aplicação dos recursos recebidos, incluindo defesa até o final. Para tanto, contamos com profissionais capacitados.

1.3. Dados complementares podem ser obtidos através do site: www.i9treinamentos.com E-mail: contato@i9treinamentos.com - Telefone (61) 98322-0023 / 99977-2130 / 99303-3542.

2. OBJETO DESTA PROPOSTA

2.1. Ministrar o curso de “**Emendas Parlamentares**”, com carga horária de 16 horas, das 8:30 às 12:30 e de 13:30 às 17:30hs com intervalo de almoço de 1 hora para 5 (cinco) participantes.

3. OBJETIVO DO CURSO

3.1. Preparar os participantes do curso para o desenvolvimento de técnicas que ajudem a compreender, identificar, captar, formalizar e executar emendas parlamentares, através do orçamento público, visando a contribuir para melhor desempenho das instituições na captação de recursos junto aos poderes legislativos e para o desenvolvimento de projeto de interesse socioeconômicos.

4. METODOLOGIA

4.1. **Presencial** - Aula expositiva com utilização de apresentação em Prezi, aonde o professor interage e estimula a reflexão, alterna exposição dialogada, troca de experiências e exemplos práticos de aplicação da matéria. É conferida ênfase à realidade das novas regras e à busca de solução para problemas existentes para recebimento de recursos federais por meio de emendas parlamentares. Disponibilizamos apostilas impressas e notebooks aos alunos com apostila digital, em Pdf, visando à facilitação do aprendizado.

4.2. **On-line/ao vivo** - O evento acontecerá na modalidade online e 100% ao vivo, com transmissão e interação entre o professor e os participantes em plataforma de treinamento virtual, de forma totalmente segura sem você precisar sair do home office ou do seu local de trabalho. A didática e metodologia foram adaptadas a realidade virtual e o material instrucional eletrônico disponibilizado para download na sala de aula virtual. ativa de ensino, prática e objetiva de ensino trazendo a legislação, os conceitos-chaves e debates de casos práticos que possibilita a total interação simultânea entre o professor e os alunos.

5. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO

5.1. O curso terá a carga horária de 16 horas, nos dias 13 e 14 de abril de 2023, presencial ou via transmissão on-line/ao vivo, de 8:30h às 12:30h e 13:30h às 17:30h, com intervalo de almoço de 1 hora, no formato presencial com almoço, coffee-break e kit executivo, e no formato on-line/ao vivo o participante se compromete a estar presente e on-line nos horários da transmissão.

6. ESCOPO DA PROPOSTA

6.1. Fazem parte da presente proposta e correrão à conta da contratada as seguintes despesas:

- a) Apostila impressa (presencial);
- b) Apostilas digital (on-line/ao vivo);
- c) Kits Executivos, contendo mochila, caderno, estojo, caneta, lápis, borracha, marca texto e squeeze (presencial);
- d) Certificado (presencial e on-line/ao vivo);
- e) Almoço nos 2 (dois) dias de curso (presencial); e
- f) 2 (dois) coffee-break diários, totalizando 4 (quatro) coffee-break (presencial).

6.2. Não fazem parte da presente proposta:

- a) quaisquer despesas, insumos ou serviços não constantes do item 6.1 da presente proposta.

7. VALOR DO SERVIÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Para prestação do serviço do objeto desta proposta no **formato Presencial**, **propomos o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)** por participante, totalizando o **montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para atender 5 (cinco) participantes.**

7.2. Para prestação do serviço do objeto desta proposta no **formato on-line/ao vivo**, **propomos o valor de R\$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais)** por participante, totalizando o **montante de R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais) para atender 5 (cinco) participantes.**

7.3. Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da mesma.

7.4. Formas de Pagamento:

- a) Boleto bancário Itaú Shopping emitido pelo site com vencimento em até 8 dias;
- b) Transferência/Depósito em conta bancária: Banco: Itaú 341 Agencia: 1388 conta corrente nº 68711-1;
- c) PIX - CNPJ: 24.091.611/0001-50;
- d) Mercado Pago/PayPal (Cartão de Crédito) com possibilidade de parcelamento; e
- e) Nota de empenho deverão ser emitidas contendo os seguintes dados:

Razão Social: Inove Treinamentos Ltda - CNPJ: 24.091.611/0001-50 - Inscrição

Distrital: 07.754.911/001-04 Endereço: Endereço: Setor de Autarquias Sul 4 Bloco

A Sala 916 - Asa Sul - Brasília – DF – CEP 70.070-938 – Brasília – DF

7.5. O envio do empenho deverá ser feito até 02 dias antes do evento pelo e-mail: contato@i9treinamentos.com. Caso tenha algum motivo que impeça o envio até a data limite, favor entrar em contato conosco por telefone.

8. DO MONITOR – CURRÍCULO

8.1. O serviço desta proposta tem caráter personalíssimo, a ser realizado pela proponente, vedada sua transferência, e diretamente ministrado pelo professor desta empresa, cujo currículo segue, resumidamente, ao final desta proposta, para análise.

Atenciosamente,



Murillo de Miranda Basto Neto
Sócio Administrador

Inove Treinamentos LTDA – ME (CNPJ:24.091.611/0001-50)

ANEXO I

Currículo resumido do profissional que ministrará o Curso



Murillo de Miranda Basto Neto foi Diretor do Metrô de Brasília e Analista do Ministério da Integração Nacional. Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Recursos Humanos. Consultor e Professor palestrante em Eventos do Banco Mundial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração Fazendária e da Associação Brasileira de Orçamento Público. Co-fundador da Ordem dos Pregoeiros do Brasil. Foi Gerente Geral de Administração e Finanças do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e Coordenador Geral de Convênios do Ministério do Turismo. Capacitou mais de 7.000 servidores federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no SICONV. Autor dos livros: *Convênios: uma nova abordagem - Editora Negócios Públicos - 2007; Legislação Aplicada a Convênios Federais - Editora Schoba - 2012; Jurisprudência do Tribunal de Contas Aplicada à Convênios Federais - Editora Urbana - 2013; e Curso prático sobre o sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - Captação e Elaboração de Projetos - Ed. Urbana - 2013*. Atuou em conjunto com o MPOG e o SERPRO na implantação e lapidação do Portal de Convênios do Governo Federal.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa I9 Treinamentos, inscrita no CNPJ sob o nº 24.091.611/0001-50, com sede própria no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco A, salas 915 e 916 - Asa Sul - Brasília - DF — CEP 70.297- 400, prestou serviços para a Empresa Desenvolver Gestão e Planejamento, inscrita no CNPJ sob o nº 17.770.952/0001-97, sediada a Rua Manoel Claudino Barbosa nº 1625, Sala 4, 1º Andar- Bairro Iguaçu, Fazenda Rio Grande — PR, ministrando treinamentos na área de transferências governamentais, mormente no curso de “Siconv completo em ambiente de treinamento”, com carga horária de 40 horas.

Verificando as Avaliações de Reação aplicadas ao término do Curso, constata-se que o treinamento ministrado pela I9 Treinamentos alcançou uma boa receptividade com excelentes índices de avaliação positiva, no que tange ao conteúdo programático e a capacidade técnica e didática do Professor.

Fazenda Rio Grande, 28 de março de 2018.

Desenvolver Gestão e Planejamento Ltda.

CNPJ: 17.770.952/0001-97

Alyson Augusto Padilha

RG: [REDACTED]

Diretor

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa i9 Treinamentos, inscrita sob CNPJ 24.091.611/0001-50, com sede própria no Setor de Autarquias Sul, Quadra 4, Bloco A, salas 915 e 916 – Asa Sul – Brasília – DF – CEP 70.297-400, prestou serviços de capacitação para a ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda., ministrando treinamentos na área de transferências governamentais, mormente no curso de “Siconv Completo em ambiente de treinamento”, com carga horária de 40 horas.

Verificando as Avaliações de Reação aplicadas ao término do Curso, constata-se que o treinamento ministrado pela I9 Treinamentos alcançou uma boa receptividade com excelentes índices de avaliação positiva, no que tange ao conteúdo programático e a capacidade técnica e didática da Professora.

Vitória, ES – 02 de março de 2018.



Pierre Cunha de Almeida
Diretor Executivo - ESAFI



GOVERNO DO ESTADO DO PARA / SIAFEM2019

N O I A D E E M P E N H O - N E

No. do Documento: 2019NE12903 Data de emissao: 06/11/2019 Gestao: 00001
Numero Prd: 261012019000989 Cod.Acao: **249592 DEA: /
UG Descricao No.Processo
260101 POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA OF 1005/19-CCC
CGC/MF
Credor: INOVE TREINAMENTOS LIDA-ME 24091611-0001/50

Endereco: Q SEPS 705/905 BLOCO B SALA 207 EDIF. CENTRO EMPRESARIAL-ASA A
Cidade: BRASILIA UF: DF CEP: 70390055 Origem Material

NACIONAL
Evento UO Programa de Trabalho Fonte Nat.Desp. UGR PI
400091 26101 06128142582780000 0106007096 33903900 260101 2100008278c

Ref.Dispensa: 8666/93 Emp.Orig.: Acordo:
Licitacao : 07 INEXIGIVEL Modalidade: 1 ORDINARIO

Valor do Empenho: R\$ *****8.100,00

OITO MIL E CEM REAIS*****

Janeiro	Fevereiro	Marco	
Abril	Maio	Junho	CRONOGRAMA DE
Julho	Agosto	Setembro	DESEMBOLSO
Outubro	Novembro	Dezembro	PREVISAO
	8.100,00	Exercicio Seguinte	

ITEM	UNID.	ESPECIFICACAO	QIDE	PRECO UNITARIO	PRECO TOTAL
1	UND	PAGAMENTO DE INSCRICAO	3	2.700,00	8.100,00

TOTAL OU A TRANSPORTAR =====> R\$ *****8.100,00

Local e Data da Entrega

CCC/FMEA OUTUBRO/2019.

14/11/2019

pag.

REIMPRESSO PELO SIAFEM 1

MECHELLE BONESE PARENTE DOS S.RODRI
Responsavel pela Emissao

Ordenador da Despesa

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

14/11/2019 15.43

CNPJ: 87.020.517/0001-20

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Nº 142772/8- SEQ.:0

Dt Geração: **14/11/2019**

Motivo Alteração:

Dt Alteração:

Modalidade: **INEXIGIBILIDADE**

Art.: **30**

Inciso: **CP**

Lista: **2019/ 551834**

Modl. Empenho: **1**

Verba Gestão: **270**

Nat. Desp: **349039 048**

Nº Empenho: **2019/ PEND**

Fornecedor: **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME**

CNPJ **24091611000150**

Endereço: **Q SEPS BLOCO B SALA 207, 705/905**

Banco:

Cidade:

Agência:

Email: **contato@i9treinamentos.com**

Fone: **(61) 999772130**

Fax: **(61) 993033542**

Conta:

Item	Descrição	Código	Un.	Origem	Situação	Vlr IPI
		Qtd. Autoriz	Qtd. Receb.	Qtd. Slido.	Vlr Unit	Vlr Bruto
9	TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL	1292	UN	N	AE	R\$ 0,00
	CURSO PLATAFORMA + BRASIL - 1 PARTICIPANTE:					
	EZEEL DE BORBA NUNES	1	0	1	R\$ 3.100,0000	R\$ 3.100,00
	Marca:SERVIÇO					

TOTAIS **R\$ 0,00**

R\$ 3.100,00

VALOR TOTAL DA AF **R\$ 3.100,00**

VALOR DO EMPENHO

Observações da AF:

Forma de Pagamento: **FATURADO**

Nº parcelas: **1**

Vlr Frete:

Prazo de Pagamento: **30 dias**

Previsão de Entrega: **29/11/2019**

Serviço de Compras:

Autorização:

GERSON DITTER CUSTODIO

Comprador

Ordenador de Despesa

LUANA BAPTISTA RODRIGUES PIRES

Chefe Serviço

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

14/11/2019 15.43

CNPJ: 87.020.517/0001-20

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - Nº 142772/8- SEQ.:0

Dt Geração: **14/11/2019**

Motivo Alteração:

Dt Alteração:

Modalidade: **INEXIGIBILIDADE**

Art.: **30**

Inciso: **CP**

Lista: **2019/ 551834**

Modl. Empenho: **1**

Verba Gestão: **270**

Nat. Desp: **349039 048**

Nº Empenho: **2019/ PEND**

Fornecedor: **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME**

CNPJ **24091611000150**

Endereço: **Q SEPS BLOCO B SALA 207, 705/905**

Banco:

Cidade:

Agência:

Email: **contato@i9treinamentos.com**

Fone: **(61) 999772130**

Fax: **(61) 993033542**

Conta:

Item	Descrição	Código	Un.	Origem	Situação	Vlr IPI
		Qtd. Autoriz	Qtd. Receb.	Qtd. Slido.	Vlr Unit	Vlr Bruto
9	TREINAMENTO QUALIFICACAO PROFISSIONAL	1292	UN	N	AE	R\$ 0,00
	CURSO PLATAFORMA + BRASIL - 1 PARTICIPANTE:					
	EZEEL DE BORBA NUNES	1	0	1	R\$ 3.100,0000	R\$ 3.100,00
	Marca:SERVIÇO					

TOTAIS **R\$ 0,00**

R\$ 3.100,00

VALOR TOTAL DA AF **R\$ 3.100,00**

VALOR DO EMPENHO

Observações da AF:

Forma de Pagamento: **FATURADO**

Nº parcelas: **1**

Vlr Frete:

Prazo de Pagamento: **30 dias**

Previsão de Entrega: **29/11/2019**

Serviço de Compras:

Autorização:

GERSON DITTER CUSTODIO

Comprador

Ordenador de Despesa

LUANA BAPTISTA RODRIGUES PIRES

Chefe Serviço

NO. DO DOCUMENTO: 2019NE00019 DATA DE EMISSAO: 27/03/2019 GESTAO: 00001

UG: DESCRICAO: NO.PROCESSO:
350031 FDE-ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FEAS 31-275/19CREDOR: INOVE TREINAMENTOS LTDA CNPJ/CPF:
24091611/0001-50

ENDERECO: Q SEPS 705/905 BLOCO B SALA, 705/905 - EDIF CENTRO EMPRESARIAL, 7

CIDADE: BRASÍLIA UF: DF CEP: 70390055

ORIGEM DO MATERIAL: *****

EVENTO	UO	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NAT.DESP.	UGR	PI
400051	35007	08244351755300000	003001100	33903961	350016	0000000100

REFER. LEGAL: LEI 8666/93 EMPENHO ORIG.: ACORDO:

LICITACAO : 05 DISP. DE LICIT. MODALIDADE : 1 ORDINARIO

TIPO EMPENHO: 9 DESPESA NORMAL NUM CONTRATO : 2019CT00004

VALOR DO EMPENHO: R\$ *****5.580,00

CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS*****

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREVISTO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO	
		5.580,00	
ABRIL	MAIO	JUNHO	
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	EXERCICIO SEGUINTE

LOCAL DE ENTREGA:
RUA BELA CINTRA 1032DATA DA ENTREGA:
27/03/2019

RESPONSAVEL PELA EMISSAO:

MARISA RODRIGUES RIBEIR
O - 350001

RICARDO WAGNER GOMES FELLEGER

ORDENADOR DA DESPESA IMPRESSO PELO SIAFISICO

PAG.
1

NO. DO DOCUMENTO: 2019NE00019 DATA DE EMISSAO: 27/03/2019

UG: 350031 - FDE-ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FEAS GESTAO: 00001

ITEM	ITEM	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	PRECO TOTAL
------	------	-------	------------	----------------	-------------

SEQ.	SERVICO	FORN.	DO ITEM
------	---------	-------	---------

001	00002804-5	00001	2,000	2.790,00	5.580,00
-----	------------	-------	-------	----------	----------

DESCRICAO:

SERVICO OPERACIONAL DE CURSO E TREINAMENTO, CURSO DE ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL

RESPONSAVEL PELA EMISSAO:

TOTAL DE ITENS: 001

MARISA RODRIGUES RIBEIRO - 350001

RICARDO WAGNER GOMES FELLEGER

ORDENADOR DA DESPESA IMPRESSO PELO SIAFISICO

PAG.

2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.091.611/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/02/2016
NOME EMPRESARIAL INOVE TREINAMENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO Q SAUS QUADRA 04 BLOCO A SALA 916	NÚMERO 30	COMPLEMENTO EDIF VICTORIA OFFICE TOWE
CEP 70.070-938	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JUNOSILVA@GLOBO.COM		TELEFONE (61) 4101-0860
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/01/2020** às **20:12:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.091.611/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/02/2016
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL INOVE TREINAMENTOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO Q SAUS QUADRA 04 BLOCO A SALA 916	NÚMERO 30	COMPLEMENTO EDIF VICTORIA OFFICE TOWE
--	---------------------	---

CEP 70.070-938	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
--------------------------	-----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JUNOSILVA@GLOBO.COM	TELEFONE (61) 4101-0860
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/02/2016
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/02/2023** às **11:10:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE INOVE TREINAMENTOS LTDA

1. MAIRTON MOTA DA SILVA, brasileiro(a), RG [REDACTED], profissão EMPRESÁRIO, natural de ANTONINA DO NORTE, CEARA, nascido(a) em [REDACTED], casado(a) sob o [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na(o) [REDACTED]

2. MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO, brasileiro(a), RG [REDACTED], profissão EMPRESÁRIO, natural de ZURIQUE, SUÍÇA, nascido(a) em [REDACTED], CPF [REDACTED], residente na(o) [REDACTED]

3. MARIA DO SOCORRO SILVA, brasileiro(a), RG [REDACTED], profissão EMPRESÁRIA, natural de MISSAO VELHA, CEARA, nascido(a) em [REDACTED], casado(a) sob o regime de [REDACTED], residente na(o) Quadra [REDACTED]

Constituem uma Sociedade Empresária Limitada que reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do nome

A sociedade adotará o nome empresarial INOVE TREINAMENTOS LTDA.

Cláusula Segunda – Do objeto social

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Atividades de apoio à educação, gestão, treinamentos, assessoria, consultoria, orientação e assistência. (8550-3/02).

Cláusula Terceira – Do domicílio ou sede

A sociedade terá domicílio ou sede na(o) Quadra SEPS 705/905 BLOCO B SALA, 207, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL, Asa Sul, BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, CEP 70390055.

Cláusula Quarta – Do(s) local(is) de exercício e respectivas atividades

Sem prejuízo da possibilidade de abrir ou fechar filial, ou qualquer estabelecimento, mediante alteração deste instrumento de contrato, deliberada na forma da lei, a Sociedade atuará:

- 4.1 Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) situado na(o) Quadra SEPS 705/905 BLOCO B SALA, 207, EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL, Asa Sul, BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, CEP 70390055, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s): Atividades de apoio à educação, exceto

caixas escolares (8550-3/02).

Cláusula Quinta – Do capital social

O capital social será R\$ 6.000,00 (seis mil reais) dividido em 6.000 quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, cuja integralização pelos sócios se dará em moeda corrente do País e da seguinte forma:

NOME	Nº QUOTAS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INTEGRALIZADO NESTE ATO (R\$)
MAIRTON MOTA DA SILVA	2.000	2.000,00	2.000,00
MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	2.000	2.000,00	2.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	2.000	2.000,00	2.000,00
TOTAL	6.000	6.000,00	6.000,00

Cláusula Sexta – Da cessão das quotas

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima – Das responsabilidades dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava – Da administração

A administração da Sociedade caberá ao(s) sócio(s) administrador(es) MAIRTON MOTA DA SILVA, cujos respectivos atos poderão ser executados de forma conjunta ou de forma isolada, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, sempre podendo praticar todos os atos decorrentes do objeto social no interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse da sociedade ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona – Do início das atividades e da duração

A sociedade iniciará suas atividades em 27 de Janeiro de 2016 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Décima – da prestação e deliberação das contas

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o(s) administrador(es), sócio(s) ou não, prestará(ão) contas justificadas de sua gestão, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios,

na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira – Do "pro labore"

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda – Da morte ou interdição de sócio

Falecendo ou sendo interditado um sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

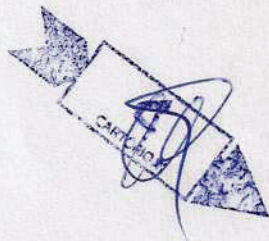
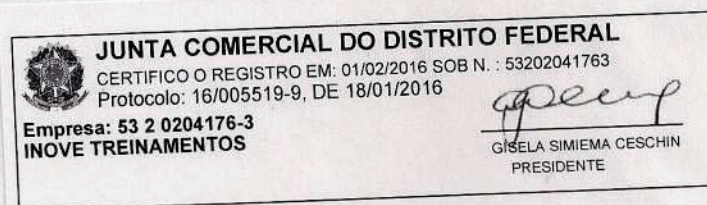
Cláusula Décima Terceira – Das declarações de desimpedimento

O(s) Administrador(es), sócio(s) ou não, declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta – Do foro ou circunscrição judiciária

Fica eleito o foro ou circunscrição judiciária de BRASÍLIA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento.

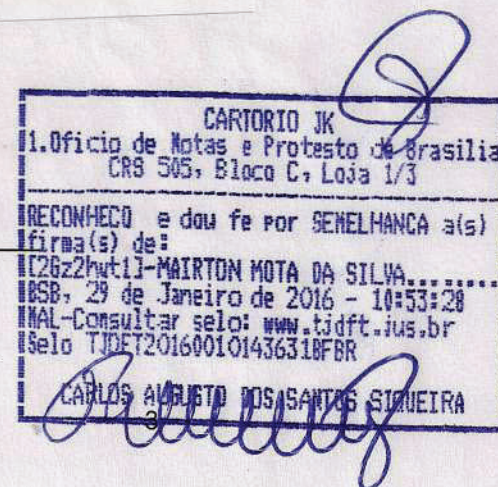


BRASÍLIA, 27 de Janeiro de 2016

Assinaturas

Maírton Mota da Silva
MAIRTON MOTA DA SILVA

[Handwritten signature]





MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO

Maria do Socorro Silva
MARIA DO SOCORRO SILVA



5º OF. DE NOTAS REG. CIVIL E PROTESTO
Guará I - DF
Emival Moreira de Araújo - Tabelião

RECONHECO, e dou fe por SEMELHANÇA, com
a(s) depositada(s) em meus arquivos, mas
sem exame da titularidade dos direitos,
a(s) firma(s) de :
[0013610]-MARIA DO SOCORRO SILVA.....

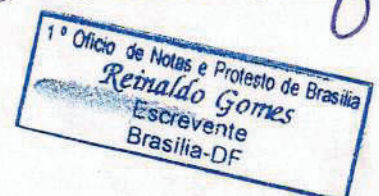
Em Testemunho
Brasília-DF, 28 de Janeiro de 2016

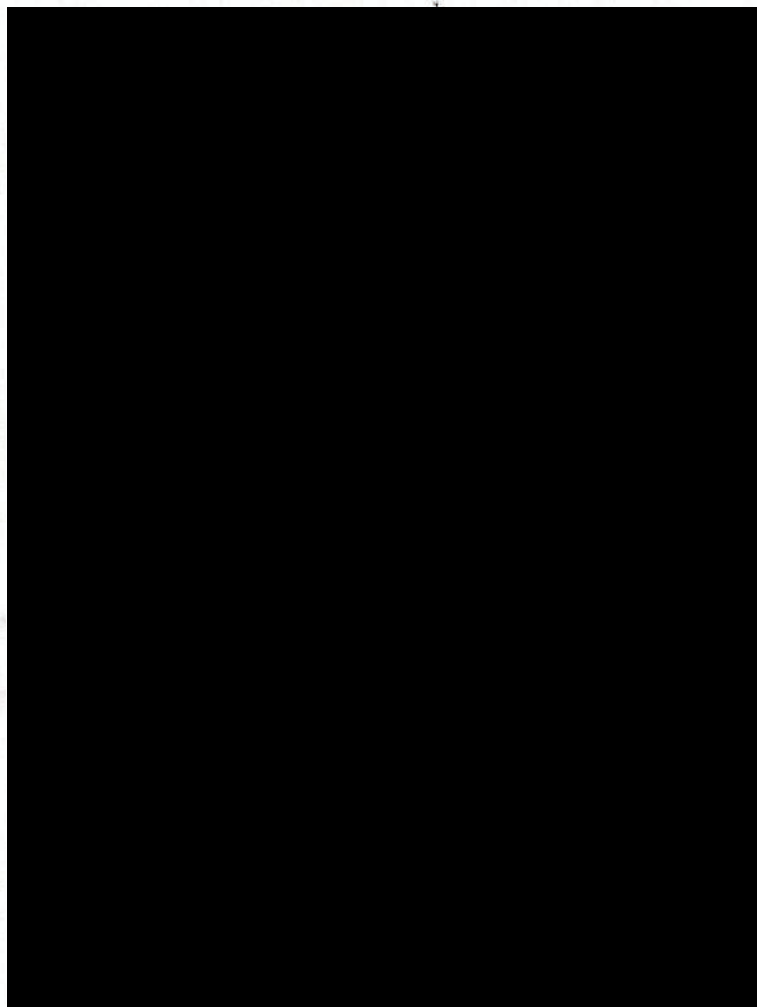
050-BRUNO SILVA DE MEDEIROS-ESCREVENTE
Aux: PATRICIA FERREIRA DE SOUSA
Selo: TJDF201604000430690XYD
Para consultar selo: www.tjdft.jus.br

CARTÓRIO JK
1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS 505, Bloco C, Loja 1/3

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de :
[26z0C0K2]-MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO
BSB, 29 de Janeiro de 2016 - 10:52:36
MAL-Consultar selo: www.tjdft.jus.br
Selo TJDF20160010143619JTWG

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SIQUEIRA





☐☐

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INOVE TREINAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 24.091.611/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

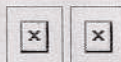
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:34:05 do dia 14/03/2016 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/09/2016.

Código de controle da certidão: **17D1.1214.099F.2C97**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

☐ Preparar



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24091611/0001-50

Razão Social: INOVE TREINAMENTOS LTDA ME

Endereço: Q SEPS 705/905 BLOCO B SALA 207 / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70390-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2016 a 09/05/2016

Certificação Número: 2016041006471371872002

Informação obtida em 19/04/2016, às 14:40:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MAIRTON MOTA DA SILVA, brasileiro, casado sob o regime de [REDACTED] empresário, nascido no dia [REDACTED] filho de José Francisco da Silva e Izaura Maria da Mota, portador da Carteira de Identidade RG nº [REDACTED] expedida pela [REDACTED] em 02/08/2011 e CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED]

[REDACTED], **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, [REDACTED]

[REDACTED] e **MARIA DO SOCORRO SILVA**, [REDACTED]

[REDACTED] únicos sócios componentes da Sociedade Limitada, denominada, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME.**, com sede na Quadra SEPS 705/905 Bloco B Sala 207 Edifício Centro Empresarial Asa Sul CEP 70390-055 Brasília-DF., registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202041763 em 01/02/2016, inscrita no CNPJ sob o nº 24.091.611/0001-50, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

PRIMEIRA – Retira-se da sociedade neste ato, o sócio, **MAIRTON MOTA DA SILVA**, acima qualificado, que cede e transfere 1.000(mil) quotas de capital social para o sócio, **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, acima qualificado, no valor de R\$ 1,00(Um Real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 1.000,00(Hum Mil Reais), e para a sócia, **MARIA DO SOCORRO SILVA**, acima qualificada, que cede e transfere 1.000(mil) quotas de capital social no valor de R\$ 1,00(Um Real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 1.000,00(Hum Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, cada uma, dando-lhe plena e total quitação pela transferência das mesmas, ficando assim distribuídas entre os sócios:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	3.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	3.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
TOTAL	6.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 6.000,00

SEGUNDA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TERCEIRA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

QUARTA - A administração e a assinatura da sociedade passa neste ato a ser exercida pelo sócio, **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, com poderes e atribuições de gerir e administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

QUINTA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por





crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SEXTA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato social primitivo e não alcançadas pela presente alteração, permanecem em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO

E por estarem assim, em tudo justos e contratados resolvem mais, proceder a Consolidação das Disposições Contratuais, passando a Sociedade a ser regida pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA- A sociedade gira sob o nome empresarial, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME.**

SEGUNDA - A Sociedade tem a sua sede na, **QUADRA SEPS 705/905 BLOCO B SALA 207 EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL ASA SUL CEP 70390-055 BRASÍLIA-DF.**, e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

TERCEIRA - O objeto social é, **ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, GESTÃO, TREINAMENTOS, ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.**

QUARTA - O Capital Social é de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), dividido em 6.000(seis mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	3.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	3.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
TOTAL	6.000 Quotas	De R\$ 1,00	R\$ 6.000,00

QUINTA – A sociedade iniciou suas atividades em **27 de Janeiro de 2016**, e seu prazo é indeterminado.

SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OITAVA - A administração e a assinatura da sociedade é exercida pelo sócio, **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, com poderes e atribuições de gerir e administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

NONA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

DECIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DECIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pro-labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.



DECIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.


DECIMA TERCEIRA - O administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

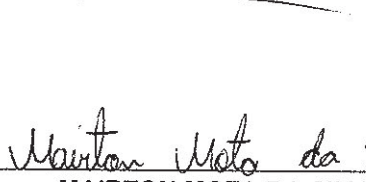
DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília-DF., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração e consolidação em 04(quatro) vias.

Brasília - DF., 17 de Maio de 2016.


MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO

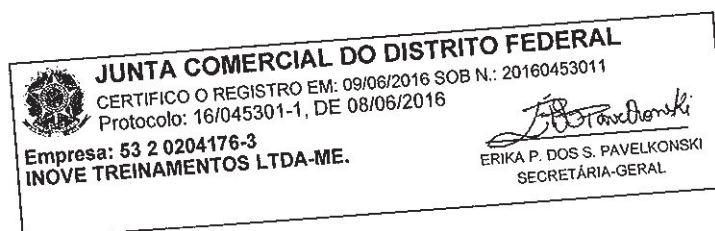

MARIA DO SOCORRO SILVA


MAIRTON MOTA DA SILVA

Testemunhas:


Arlete Maria Ribeiro
RG nº [REDACTED]


Carlos Henrique Félix Torres
RG nº [REDACTED]



INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MIRILLO DE MIRANDA BASTO NETO,

e MARIA DO SOCORRO SILVA,

Limitada, denominada, INOVE TREINAMENTOS LTDA ME., com sede na Quadra SEPS 705/905 Bloco B Sala 207 Edifício Centro Empresarial Asa Sul CEP 70390-055 Brasília-DF., registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202041763 em 01/02/2016 e Primeira Alteração e Consolidação Contratual sob o nº 20160453011 em 09/06/2016, inscrita no CNPJ sob o nº 24.091.611/0001-50, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

PRIMEIRA - O objeto social da sociedade, passa a ser neste ato, **SERVIÇO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CAIXAS ESCOLARES.**

SEGUNDA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato social primitivo e não alcançadas pela presente alteração, permanecem em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO

E por estarem assim, em tudo justos e contratos resolven mais, proceder a Consolidação das Disposições Contratuais, passando a Sociedade a ser regida pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME.**

SEGUNDA - A Sociedade tem a sua sede na, **QUADRA SEPS 705/905 BLOCO B SALA 207 EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL ASA SUL CEP 70390-055 BRASILIA-DF.**

TERCEIRA - O objeto social é, **SERVIÇO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA E ATIVIDADES DE APOIO A EDUCAÇÃO , EXCETO CAIXAS ESCOLARES.**

QUARTA - O Capital Social é de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), dividido em 6.000 (Seis Mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

MIRILLO DE MIRANDA BASTO NETO	3.000 quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	3.000 quotas	De R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
TOTAL	6.000 quotas	De R\$ 1,00	R\$ 6.000,00

QUINTA - A sociedade iniciou suas atividades em **27/01/2016**, e seu prazo de duração é indeterminado.

SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OTÁVIA - A administração e a assinatura da sociedade é exercida pelo sócio, **MIRILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, com poderes e atribuições de gerir e administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO: 19/145.140-1



JCDF - SEDE 27 AGO 2019
SEDE - JCDF

19/145.140-1

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

53202041763

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



DFP1900107355

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

BRASILIA

Local

28 Agosto 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: MURILLO DE MIRANDA BASTO AGUIAR

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de Contato: 33890020

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



03/09/2019

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1305660 em 03/09/2019 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., Nire 53202041763 e protocolo DFP1900107355 - 27/08/2019. Autenticação: 2C8048B646DCEFAAF69C933983A6FEDD9597C9D9. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/145.140-1 e o código de segurança DxtG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual III (0584935)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 51

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 1/5

INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO, E

MARIA DO SOCORRO SILVA

únicos sócios componentes da Sociedade Limitada, denominada, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME**, com sede na Quadra SEPS 705/905 Bloco B Sala 207 Edifício Centro Empresarial Asa Sul CEP 70390-055 Brasília-DF., registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202041763 em 01/02/2016, Primeira Alteração e Consolidação Contratual sob o nº 20160453011 em 09/06/2016 e Segunda Alteração e Consolidação Contratual sob o nº 20170102521 em 16/02/2017, inscrita no CNPJ sob o nº **24.091.611/0001-50**, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

PRIMEIRA - O endereço da sociedade passa a ser neste ato, na **QUADRA SAUS QUADRA 4 BLOCO A SALA 916 Nº 30 EDIFÍCIO VICTORIA OFFICE TOWER ASA SUL CEP 70070-938 BRASÍLIA-DF.**

SEGUNDA - O capital social da sociedade, que é de R\$ 6.000,00(Seis Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, passa a ser neste ato, de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais), dividido em 100(Cem) quotas no valor de R\$ 500,00(Quinhentos Reais), cada uma, totalmente integralizada em moeda corrente do País nesta data, ficando assim distribuído entre os sócios:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	50 quotas	De R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	50 quotas	De R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
TOTAL	100 quotas	De R\$ 500,00	R\$ 50.000,00

TERCEIRA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

QUARTA- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

QUINTA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato social primitivo e não alcançadas pela presente alteração, permanecem em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO

E por estarem assim, em tudo justos e contratados resolvem mais, proceder a Consolidação das Disposições Contratuais, passando a Sociedade a ser regida pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME.**



SEGUNDA - A Sociedade tem a sua sede na, **QUADRA SAUS QUADRA 4 BLOCO A SALA 916 Nº 30 EDIFÍCIO VICTORIA OFFICE TOWER ASA SUL CEP 70070-938 BRASÍLIA-DF.**, e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

TERCEIRA - O objeto social é, **SERVIÇO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA E ATIVIDADES DE APOIO A EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES.**

QUARTA - O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), dividido em 100 (Cem) quotas de valor nominal R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	50 Quotas	De R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	50 Quotas	De R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
TOTAL	100 Quotas	De R\$ 500,00	R\$ 50.000,00

QUINTA - A sociedade iniciou suas atividades em **27 de Janeiro de 2016**, e seu prazo é indeterminado.

SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OITAVA - A administração, a assinatura e a retirada de pro-labore da sociedade é exercida pelo sócio, **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, com poderes e atribuições de gerir e administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

NONA- Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

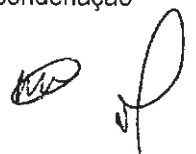
DECIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DECIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pro-labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DECIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DECIMA TERCEIRA - O administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação



criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DECIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília-DF., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração e consolidação.

Brasília - DF., 02 de Agosto de 2019.



MIRILLO DE MIRANDA BASTO NETO

Maria do Socorro Silva

MARIA DO SOCORRO SILVA



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

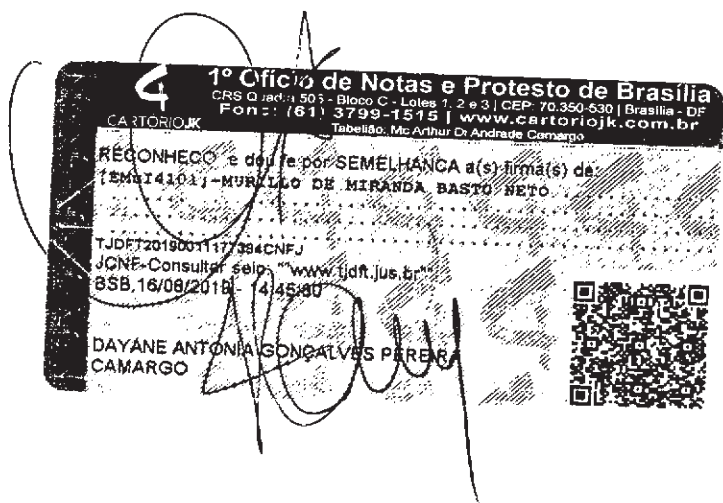
Certifico registro sob o nº 1305660 em 03/09/2019 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., Nire 53202041763 e protocolo DFP1900107355 - 27/08/2019. Autenticação: 2C8048B646DCEFAAF69C933983A6FEDD9597C9D9. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/145.140-1 e o código de segurança DxtG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual III (0584935)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 54

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/5



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1305660 em 03/09/2019 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., Nire 53202041763 e protocolo DFP1900107355 - 27/08/2019. Autenticação: 2C8048B646DCEFAAF69C933983A6FEDD9597C9D9. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/145.140-1 e o código de segurança DxtG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual III (0584935)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 55

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/5



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

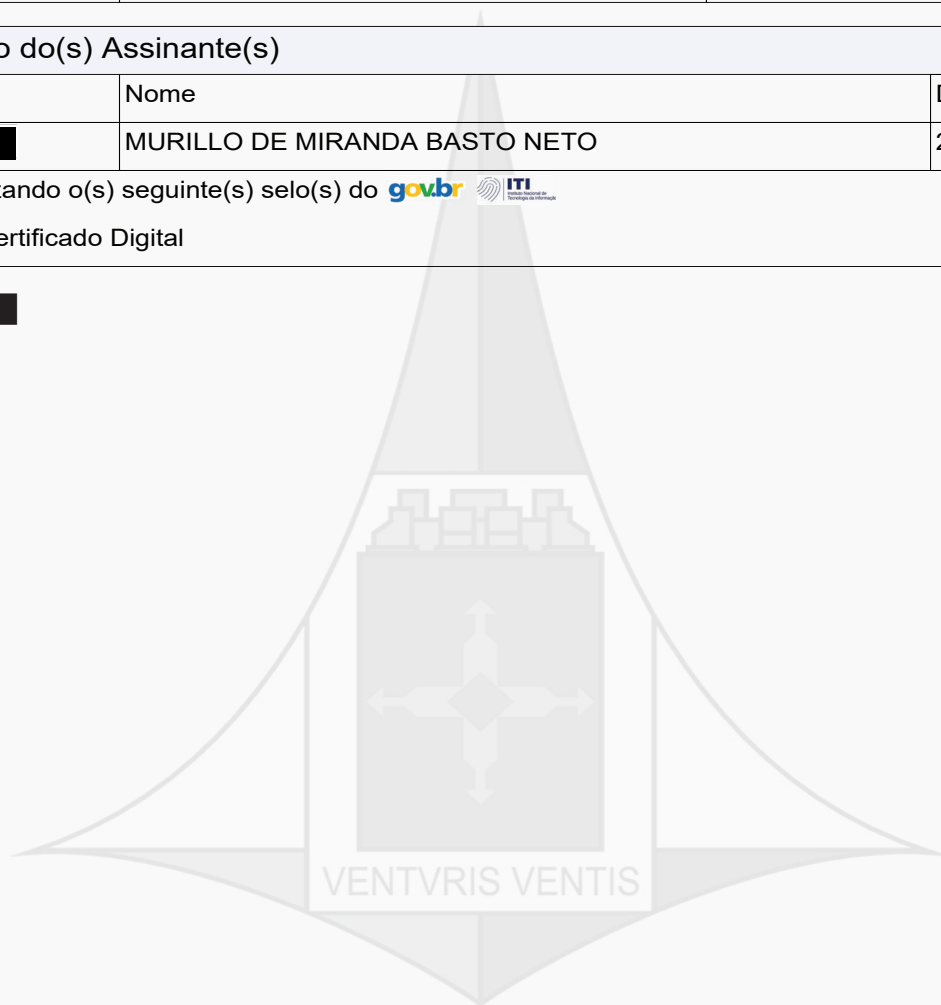
Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/116.862-1	DFN2297355840	28/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	29/09/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1901230 em 30/09/2022 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., CNPJ 24091611000150 e protocolo DFN2297355840 - 29/09/2022. Autenticação: 6DCA1DD746E340981E92C7483CC91AC380E3392F. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/116.862-1 e o código de segurança r08p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual IV (0587093)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 57

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/8

INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO,

, e MARIA DO SOCORRO SILVA,

únicos sócios

componentes da Sociedade Limitada, denominada, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME**, com sede na Quadra SEPS 705/905 Bloco B Sala 207 Edifício Centro Empresarial Asa Sul CEP 70390-055 Brasília-DF., registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202041763 em 01/02/2016, inscrita no CNPJ sob o nº **24.091.611/0001-50**, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

PRIMEIRA - O capital social da sociedade, que é de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, passa a ser neste ato, de R\$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), dividido em 100(Cem) quotas no valor de R\$ 2.000,00(Dois Mil Reais), cada uma, totalmente integralizada em moeda corrente do País nesta data, ficando assim distribuído entre os sócios:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	50 quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	50 quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
TOTAL	100 quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 200.000,00

SEGUNDA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TERCEIRA- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

QUARTA – Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato social primitivo e não alcançadas pela presente alteração, permanecem em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO

E por estarem assim, em tudo justos e contratados resolvem mais, proceder a Consolidação das Disposições Contratuais, passando a Sociedade a ser regida pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial, **INOVE TREINAMENTOS LTDA ME**.

SEGUNDA - A Sociedade tem a sua sede na, **QUADRA SAUS QUADRA 4 BLOCO A SALA 916 Nº 30 EDIFÍCIO VICTORIA OFFICE TOWER ASA SUL CEP 70070-938 BRASÍLIA-DF.**, e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



TERCEIRA - O objeto social é de, **SERVIÇO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA E ATIVIDADES DE APOIO A EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES.**

QUARTA - O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), dividido em 100 (Cem) quotas de valor nominal R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	50 Quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
MARIA DO SOCORRO SILVA	50 Quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
TOTAL	100 Quotas	De R\$ 2.000,00	R\$ 200.000,00

QUINTA – A sociedade iniciou suas atividades em **27 de Janeiro de 2016**, e seu prazo é indeterminado.

SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para sua aquisição se posta a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

OITAVA - A administração, a assinatura e a retirada de pro-labore da sociedade é exercida pelo sócio, **MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO**, com poderes e atribuições de gerir e administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

NONA- Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

DECIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DECIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pro-labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DECIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DECIMA TERCEIRA - O administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



DECIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília-DF., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração e consolidação.

Brasília – DF., 13 de Setembro de 2022.

MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO

MARIA DO SOCORRO SILVA



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/116.862-1	DFN2297355840	28/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARIA DO SOCORRO SILVA	30/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Biometria TSE		

[REDACTED]	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	29/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1901230 em 30/09/2022 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., CNPJ 24091611000150 e protocolo DFN2297355840 - 29/09/2022. Autenticação: 6DCA1DD746E340981E92C7483CC91AC380E3392F. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/116.862-1 e o código de segurança r08p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual IV (0587093)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 61

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 6/8



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., de CNPJ 24.091.611/0001-50 e protocolado sob o número 22/116.862-1 em 29/09/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1901230, em 30/09/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	29/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARIA DO SOCORRO SILVA	30/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE		
[REDACTED]	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO	29/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 13/09/2022



Documento assinado eletronicamente por CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a), em 30/09/2022, às 12:31.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/116.862-1.



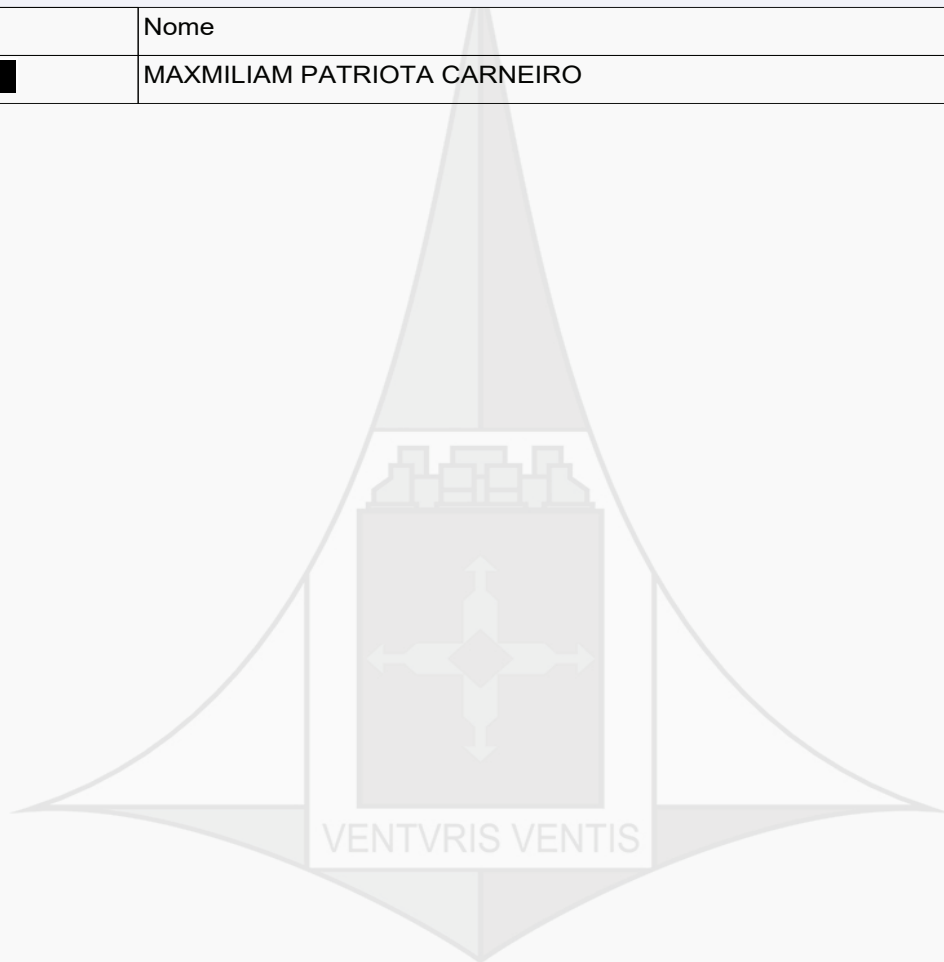


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília, sexta-feira, 30 de setembro de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1901230 em 30/09/2022 da Empresa INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME., CNPJ 24091611000150 e protocolo DFN2297355840 - 29/09/2022. Autenticação: 6DCA1DD746E340981E92C7483CC91AC380E3392F. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/116.862-1 e o código de segurança r08p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Anexo Alteração contratual IV (0587093)

SEI 19.09.00851.0003590/2023-31 / pg. 63

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INOVE TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 24.091.611/0001-50

Certidão nº: 2159173/2023

Expedição: 16/01/2023, às 17:39:06

Validade: 15/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INOVE TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.091.611/0001-50**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INOVE TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 24.091.611/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:19:22 do dia 13/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/04/2023.

Código de controle da certidão: **12E7.BC5D.414C.F29D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 13/02/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

INOVE TREINAMENTOS LTDA

24.091.611/0001-50

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/02/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.7NXE.MD3N.U0RI.165T.J98N**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 033001303322023
NOME: INOVE TREINAMENTOS LTDA-ME.
ENDEREÇO: SAUS QUADRA 04 BLOCO A SALA 916 EDIF VICTORIA OFFICE TOWE 30
CIDADE: ASA SUL
CNPJ: 24.091.611/0001-50
CF/DF: 0775491100104 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 16 de abril de 2023. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.091.611/0001-50
Razão Social: INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
Endereço: QD SAUS QD 04 BLOCO A 30 SL 916 ED VICTORIA / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70070-938

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/01/2023 a 28/02/2023

Certificação Número: 2023013020352906037381

Informação obtida em 14/02/2023 10:56:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20230950855**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	24.091.611/0001-50

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 14/02/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

5107

Código da Unidade Orçamentária:

40.101

Código da Unidade Gestora:

17

Saldo Orçamentário:

7.125,00

Natureza da Despesa:

33.90.39

Responsável pela Informação:

Elvira de Oliveira Costa Neta

Responsável pela Unidade Gestora:

Lourival Miranda de Almeida Junior

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

CGE - Inexigibilidade 02/2023



Documento assinado eletronicamente por **Elvira De Oliveira Costa Neta** em 14/02/2023, às 11:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0587240** e o código CRC **C3717AB9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Neste ato, encaminho este processo ao coordenador da CGE para autorização da inexigibilidade.



Documento assinado eletronicamente por **Elvira De Oliveira Costa Neta** em 10/23/323, às 11:30 conforme Ato Normativo nº 204 de 17 de Dezembro de 3232 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0587040** e o código CRC **107C9768**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Autorizo a inexigibilidade de licitação referente ao presente expediente SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Miranda de Almeida Junior** em 14/02/2023, às 12:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0587326** e o código CRC **3F48AFE7**.

DESPACHO

À Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE,

Tendo em vista a necessidade de saneamento do presente expediente, encaminhe-se os autos à CGE para que providencie a Certidão Regularidade referente ao FGTS atualizada, considerando o vencimento iminente da mesma (0587126).

Ato contínuo, encaminhe-se o presente expediente à **Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)** para que acoste aos autos **manifestação acerca da situação da pretensa contratada, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública.**

Após, retorne-se a essa Assessoria para análise.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Bel.^a Maria Paula Simões Silva
Assessora de Gabinete
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Mat. 355.047

Bel.^a Ruth Caldas Borges Silva
Assistente de Gestão II
Apoio-Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Mat. 353.726



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 01/03/2023, às 09:10, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Caldas Borges Silva** em 01/03/2023, às 10:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0594626** e o código CRC **F7F5C116**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.091.611/0001-50
Razão Social: INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
Endereço: QD SAUS QD 04 BLOCO A 30 SL 916 ED VICTORIA / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70070-938

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2023 a 19/03/2023

Certificação Número: 2023021800504775399063

Informação obtida em 01/03/2023 14:17:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Após juntada da certidão de FGTS atualizada, encaminho este expediente para a DCCL.



Documento assinado eletronicamente por **Elvira De Oliveira Costa Neta** em 10/12/3132, às 05:31, conforme Ato Normativo nº 154, de 07 de Dezembro de 3131 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0596580** e o código CRC **B616F0ED**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **INOVE TREINAMENTOS LTDA**, CNPJ **24.091.611/0001-50**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0597469), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 02/03/2023, às 09:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0597467** e o código CRC **7EF6B19E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa com a consulta da situação da empresa contratada, **INOVE TREINAMENTOS LTDA**, CNPJ **24.091.611/0001-50**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs 0597467 e 0597469), conforme solicitado no despacho jurídico 0594626.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 02/03/2023, às 09:15, conforme Ato Normativo nº 045, de 17 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0597473** e o código CRC **F133BEC7**.



PARECER

PROCEDIMENTO Nº: 19.09.02077.0026948/2022-96

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: INSCRIÇÃO EM CURSO. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CURSO ON-LINE. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 9.433/2005. PELA POSSIBILIDADE.

PARECER Nº 148/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação para contratação direta, mediante **inexigibilidade** de licitação, em favor da empresa **Inove Treinamentos Ltda**, no valor de R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais), para inscrição de 5 (cinco) participantes da Coordenação de Gestão Estratégica (CGE) no curso “**Emendas Parlamentares**”, com carga horária de 16 horas, a ser transmitido na modalidade on-line/ ao vivo, nos dias 13 e 14 de abril de 2023.

Instrui o presente expediente: Formulário de Solicitação de Inexigibilidade; Termo de Referência; Proposta Comercial; Atestados de Capacidade Técnica; documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica a ser contratada; cartão CNPJ; Contrato Social; notas fiscais; dados bancários; informações orçamentárias; documentação e consulta de idoneidade dos sócios da empresa; bem como despachos diversos.

As despesas correrão por conta do projeto/ação/atividade **5107**, natureza da despesa **33.90.39**, cujo saldo de dotação orçamentária é de **R\$ 7.125,00** (sete mil cento e vinte e cinco reais).

É o breve relatório, prossegue-se ao opinativo.

II – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O dever de licitar da Administração Pública advém do princípio da indisponibilidade dos bens e interesses públicos, visto que ela, diferente do particular, não detém ampla liberdade para transacionar, devendo, sempre que possível, utilizar-se de um procedimento competitivo, com critérios objetivos e garantia da isonomia entre os participantes, para selecionar a proposta mais vantajosa. Tal *munus* encontra fundamento na Constituição Federal em seu art. 37, XXI, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(grifos nossos)**

Nessa esteira, ao mencionar “*ressalvados os casos especificados na legislação*” o Constituinte delegou ao legislador infraconstitucional a possibilidade de regulamentar as hipóteses de contratação direta, sendo a inexigibilidade uma delas. Esta decorre da inviabilidade da competição, considerando a ausência de alguns pressupostos que autorizariam a instauração do certame,¹ estando disciplinada, na legislação

baiana, no art. 60, da Lei nº 9.433/2005:

Art. 60 - É **inexigível** a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

I -(...)

II - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - (...)

Por sua vez, o art. 23, VI, do referido diploma legal exemplifica um rol de serviços que são considerados "técnicos profissionais especializados", sendo entendido como aqueles que requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (VI).

Comentando a possibilidade de contratação direta dessa modalidade de curso, por inexigibilidade, a Revista Zênite já esboçou algumas orientações nesse mesmo sentido.² Assim, resta observar se o objeto a que se pretende a contratação direta desse expediente preenche os requisitos indicados nos dispositivos apresentados, vejamos:

II.I Serviços técnicos profissionais especializados:

Como mencionado alhures, o art. 23 do diploma legal em comento definiu o que seria serviços técnicos profissionais especializados. Como bem afirma a doutrina,³ *"não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços."*

In casu, a pretensa contratada apresentou documentos de capacidade técnica (0584772 e 0584782), que atestam sobre a qualidade do serviço prestado pela Inove Treinamentos em outras instituições, indicando o resultado satisfatório, bem como a avaliação positiva da sua equipe de profissionais, consoante alguns trechos destacados a seguir:

"(...) constata-se que o treinamento ministrado pela I9 Treinamentos alcançou uma boa receptividade com excelentes índices de avaliação positiva, no que tange ao conteúdo programático e a capacidade técnica e didática do Professor." (0584772)

"(...) Verificando as Avaliações de Reação aplicadas ao término do Curso, constata-se que o treinamento ministrado pela I9 Treinamentos alcançou uma boa receptividade com excelentes índices de avaliação positiva, no que tange ao conteúdo programático e a capacidade técnica e didática da Professora." (0584782)

Desta feita, considerando ainda o currículo do palestrante (0587058 - pág.5), Murillo de Miranda Basto Neto, não há que olvidar a indicação de indícios de expertise na matéria.

II.II Serviço de natureza singular:

O objetivo a ser alcançado através do presente contrato é o fornecimento de um curso que possibilite a preparação dos seus participantes para o desenvolvimento de técnicas que ajudem a compreender, identificar, captar, formalizar e executar emendas parlamentares, através do orçamento público, visando a contribuir para o melhor desempenho das instituições na captação de recursos junto aos poderes legislativos e para o desenvolvimento de projeto de interesse socioeconômicos.

A inviabilidade da licitação está demonstrada pela dificuldade de proceder a um julgamento objetivo de propostas que poderiam ser apresentadas por competidores. Outrossim, ratifica essa possibilidade de contratação direta, o entendimento da AGU, na Orientação Normativa nº 18/2009, vejamos:

CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA.

II.III Profissionais ou empresas de notória especialização:

A ficha de qualificação do palestrante, contida na Proposta Comercial (0587058- pág.5), fornece muitos elementos que o referenciam como um profissional especializado na temática em apreço, a saber:

(...) foi Diretor do Metrô de Brasília e Analista do Ministério da Integração Nacional. Bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Recursos Humanos. Consultor e Professor palestrante em Eventos do Banco Mundial, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública, Escola de Administração Fazendária e da Associação Brasileira de Orçamento Público. Co-fundador da Ordem dos Pregoeiros do Brasil. Foi Gerente Geral de Administração e Finanças do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e Coordenador Geral de Convênios do Ministério do Turismo. Capacitou mais de 7.000 servidores federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no SICONV. Autor dos livros: Convênios: uma nova abordagem - Editora Negócios Públicos - 2007; Legislação Aplicada a Convênios Federais - Editora Schoba - 2012; Jurisprudência do Tribunal de Contas Aplicada à Convênios Federais - Editora Urbana - 2013; e Curso prático sobre o sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - Captação e Elaboração de Projetos - Ed. Urbana - 2013. Atuou em conjunto com o MPOG e o SERPRO na implantação e lapidação do Portal de Convênios do Governo Federal.

Ademais, ratifica esse pressuposto uma amostragem de alguns clientes que também contrataram com a referida empresa, conforme documentos que instruíram os autos.

Desta feita, tendo em vista o quanto no disposto no art. 60, II, da legislação supracitada, a avença em debate encontra amparo nos termos do permissivo legal da Lei Baiana de Licitações e Contratos Administrativos.

III – DA JUSTIFICATIVA

III.I Da Justificativa da Contratação

Em obediência à jurisprudência do TCU,³ que indica a necessidade de justificativa da escolha do fornecedor e do preço ajustado, a CGE indicou o seguinte (0584747):

“A cada ano, tem crescido a demanda por captação de recursos via emendas parlamentares no Ministério Público da Bahia, uma atividade que tem colaborado para o incremento dos recursos da instituição e, consequentemente, contribuído para uma melhor prestação dos serviços ministeriais à sociedade. Considerando essa demanda crescente, passa a ser necessária a capacitação continuada dos servidores que atuam na área de captação de recursos.

Para tanto, foi escolhido o “Curso de Emendas Parlamentares”, que é promovido pela empresa I9 Treinamentos. Quanto à empresa que ministrará o curso, é de conhecimento público a vasta experiência do instrutor no campo de conhecimento que é objeto do curso, haja vista a sua trajetória profissional como executivo dos setores de captação de recursos e convênios, os livros publicados, bem como, propriamente, a sua longa experiência na área de capacitação de pessoal.

A inscrição será para cinco integrantes da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE): o promotor de justiça coordenador da CGE, para a secretária-executiva deste setor, para a coordenadora da unidade de projetos da CGE e para dois servidores da unidade de projetos da CGE. A participação dos servidores no curso em comento representa um esforço da CGE na qualificação de seu pessoal, para que se possa atender de forma cada vez mais qualificada às demandas de captação de recursos através de emendas parlamentares.”

III.II Da Justificativa do Preço

No que concerne a justificativa do preço da contratação, o Acórdão nº 2993/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União dispõe que *“a justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”*.

Nesse mesmo sentido, a Orientação Normativa nº 17, da Advocacia Geral da União, disciplina que *“a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos”*.

Assim sendo, considerando os documentos colacionados nos autos (0584786, 0584790, 0584804, 0584806, 0584809, 0584813, 0587153, 0587155, 0587157), verifica-se que o preço orçado para a contratação em questão é proporcional àqueles ofertados para cursos ministrados em outras instituições. Ademais, as informações orçamentárias indicam a existência de dotação orçamentária suficiente para arcar com a contratação pretendida (0587240).

IV - CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina **favoravelmente à contratação direta em epígrafe**, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É o parecer que submetemos à apreciação superior. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Bel.^a Maria Paula Simões Silva
Assessora de Gabinete
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Mat. 355.047

Bel.^a Ruth Caldas Borges Silva
Assistente de Gestão II
Apoio-Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Mat. 353.726

¹ VARESCHINI, Julieta Mendes Lopes, Coleção JML Consultoria – Contratação Direta. 3ª ed. Curitiba, Editora JML. 2014, p.164.

² Em vista do exposto, responde-se que, dada a falta de critérios objetivos para a realização do julgamento objetivo das propostas, tanto a contratação de cursos *in company* quanto a inscrição dos servidores em seminários e eventos abertos podem ser feitas com base no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/93, conforme devidamente reconhecido pelo TCU.

³ “Em caso de contratação por dispensa ou inexigibilidade, deve constar do processo, **obrigatoriamente**, a **razão da escolha do fornecedor** e a **justificativa** de preço, em atendimento ao art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.” (Acórdão 1403/2010 – Plenário TCU) (Grifos nossos).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 03/03/2023, às 11:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Caldas Borges Silva** em 03/03/2023, às 14:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0599253** e o código CRC **F0B29303**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 148/2023, e autorizo a inexigibilidade de licitação em favor da empresa Inove Treinamentos Ltda, no valor de R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais), para inscrição de 5 (cinco) participantes da Coordenação de Gestão Estratégica (CGE) no curso "Emendas Parlamentares", com carga horária de 16 horas, a ser transmitido na modalidade on-line/ ao vivo, nos dias 13 e 14 de abril de 2023.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

Frederico Welington Silveira Soares
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 14/14/010423s , à:612conforme Ato Normativo nº 1752de , 6 de Dezembro de 0101 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0600108** e o código CRC **2F7295F8**.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023 - CEAMA. Processo SEI: 19.09.02191.0003103/2023-44. Parecer Jurídico: 133/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Santiago e Cintra Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº 51.536.795/0006-00. Objeto: aquisição de bateria para o equipamento de GPS TRIMBLE GEO-7X, Rechargeable Lithium Ion Battery, Rating: 11.1V, 2.5Ah 27.8wh 554wh/L. Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0009 - Ação (P/A/OE) 6271 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.30. Fundamento legal: Art. 60, I, Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

*Retifica publicação constante da edição nº 3.285 do Diário da Justiça Eletrônico, do dia 06/03/2022.

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2023 - CGE. Processo SEI: 19.09.00851.0003590/2023-31. Parecer Jurídico: 148/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Inove Treinamentos Ltda, CNPJ nº 24.091.611/0001-50. Objeto: a inscrição de 5 (cinco) participantes da Coordenação de Gestão Estratégica (CGE) no curso "Emendas Parlamentares", com carga horária de 16 horas, a ser transmitido na modalidade on-line/ ao vivo, nos dias 13 e 14 de abril de 2023. Valor: R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0017 - Ação (P/A/OE) 5107 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art. 60, II, Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

2ª E 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Edital nº 210/2023 – Instauração de Procedimento Administrativo
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – 2º Promotor
Subárea: Pessoa com deficiência
Procedimento administrativo IDEA nº 003.9.441673/2022
Objeto: apurar situação de vulnerabilidade
Tipo de ato: instauração de Procedimento Administrativo.
Salvador, 24/02/2023
Maria Pilar C. Maquieira Menezes
Promotora de Justiça

Edital nº 211/2023 – Instauração de Procedimento Administrativo
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – 2º Promotor
Subárea: Idoso
Procedimento administrativo IDEA nº 003.9.67290/2023
Objeto: averiguar suposta situação de risco envolvendo pessoa idosa
Tipo de ato: instauração de Procedimento Administrativo.
Salvador, 28/02/2023
ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO
Promotora de Justiça

Edital nº 212/2023 – Prorrogação de prazo de Notícia de Fato
ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 3º PROMOTOR
Área: Direitos Humanos
Subárea: Pessoas com deficiência
Notícia de fato IDEA Nº 003.9.54131/2023
Objeto: apuração de fatos reportados, referentes à defesa da pessoa com deficiência.
Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 3º da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
Data da Prorrogação: 01/03/2023
ROBERTO DE ALMEIDA BORGES GOMES
02ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - 03º Promotor de Justiça

Edital nº 213/2022 – Prorrogação de prazo de Procedimento Administrativo
ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 1º Promotor de Justiça
Subárea: Idosos
Procedimento IDEA Nº 003.9.261606/2020
Objeto: Apuração de fatos reportados, referentes à defesa da pessoa com deficiência.
Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo 1 (um) ano, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 11 da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
Salvador, 06/03/2023
Fernando Lins
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao **CGE- Unidade de Execução Orçamentária Administrativa** com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2023 - CGE no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.286 do dia 07/03/2023 para providências cabíveis, tendo em vista a autorização da despesa pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc. 0600108) em 03/03/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, **ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO**, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Thalita Brito Caldas
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Mat. 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 07/03/2023, às 08:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0602130** e o código CRC **E48B2AC5**.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 08/03/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

INOVE TREINAMENTOS LTDA

24.091.611/0001-50

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 08/03/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.LT9E.8DWG.RUF1.KNUQ.XW0Y**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.091.611/0001-50
Razão Social: INOVE TREINAMENTOS LTDA ME
Endereço: QD SAUS QD 04 BLOCO A 30 SL 916 ED VICTORIA / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70070-938

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2023 a 19/03/2023

Certificação Número: 2023021800504775399063

Informação obtida em 08/03/2023 10:15:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br